A História da Educação dos Surdos uma Revisão Teórica das Diferentes Abordagens de Ensino para Surdos ¹

Amanda Raissa Bezerra do Nascimento (UFPE)

RESUMO

A educação de surdos é uma questão espinhosa repleta de desafios e limitações. Ao decorrer da história, esta questão tem sido controversa e deu origem a acontecimentos com consequências variadas em muitas áreas. Este artigo tem como objetivo fornecer uma visão sobre sua história, focando nas diferentes abordagens na educação dos surdos: O Oralismo; a Comunicação Total e o Bilinguismo. As informações coletadas foram feitas por meio de uma revisão teórica através de literatura específica. Como: artigos científicos e trabalho de conclusão de cursos, livros e teses. Os autores são: Couto (1988), Duffy – (1987), Ciccone – (1990), Skutnabb-Kangas (1994), Góes (1996). Nesse contexto, é apropriado considerar diversos aspectos da educação de surdos ao longo do tempo, buscando entender suas repercussões e impactos na educação contemporânea.

Palavras chaves: A história da educação de surdos, Comunicação total, Oralismo e Bilinguismo.

ABSTRACT

Deaf education is a thorny issue full of challenges and limitations. Throughout history, this issue has been controversial and has given rise to events with varying consequences in many areas. This article aims to provide an insight into its history, focusing on the different approaches to deaf education: Oralism; Total Communication and Bilingualism. The information collected was carried out through a theoretical review using specific literature. How: scientific articles and course completion work, books and theses. The authors are: Couto (1988), Duffy – (1987), Ciccone – (1990), Skutnabb-Kangas (1994), Góes (1996). In this

context, it is appropriate to consider various aspects of deaf education over time, seeking to understand their repercussions and impacts on contemporary education.

Keywords: The history of deaf education, Total communication, Oralism and Bilingualism.

ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO.....	5
2	METODOLOGIA.....	5
3	REFERENCIAL TEÓRICO.....	6
	1.1 História da Educação de Surdos no Brasil e no mundo.....	6
	1.2 Métodos Ensino Surdos.....	11
	1.2.1 Oralismo.....	12
	1.2.2 Comunicação Total.....	13
	1.2.3. Bilinguismo.....	15
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO.....	17
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	18
6	REFERÊNCIAS.....	19

INTRODUÇÃO

Este estudo começa com uma análise do histórico da Educação para Surdos, buscando apresentar a trajetória e os obstáculos enfrentados por essa população. O intuito é que essas reflexões possam elucidar os preconceitos, as incertezas se vão conseguir chegar ao lugar almejado, e as diferenças da sociedade entre os ouvintes e surdos, ainda existentes em relação ao sistema educacional voltado a esses indivíduos. Observamos que, ao longo de diferentes épocas, os surdos foram marginalizados nos âmbitos econômico, social, cultural, educacional e político, sendo frequentemente vistos como deficientes, incapazes e privados de seus direitos e de suas opções. Como menciona Sá (2003, p.89), “a realidade enfrentada por surdos, suas comunidades e organizações, tanto no Brasil quanto no exterior, é repleta de uma história de opressão”. Para aprofundar essa discussão, realizamos um levantamento bibliográfico, consultando livros, periódicos, dissertações e teses na área especializada.

METODOLOGIA

Este trabalho se baseia em referências com uma revisão teórica das diferentes abordagens de ensino para surdos que abordam os desafios para os surdos, além das dificuldades envolvidas no seu processo de ensino-aprendizagem.

O objetivo é expor as dificuldades, os obstáculos, e as barreiras que existem na educação de pessoas surdas, de modo que esse tema possa ser discutido e estudado com mais profundidade, visando melhorar a situação da aprendizagem desses indivíduos.

As informações foram obtidas por meio de livros Ronice Muler, sites acadêmico e artigos científicos. Os resultados das pesquisas serão abordados de forma qualitativa, expressando os resultados em ideias e conceitos que podem ser complementados por novos estudos com o intuito de aprimorar a educação para pessoas surdas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 História da Educação de Surdos no Brasil e no mundo

A narrativa da educação de surdos tem sua origem na Europa e nos Estados Unidos, locais onde surgiram as principais fontes históricas sobre o tema, uma vez que foram as primeiras sociedades que adotaram a língua de sinais e a estabelecerem escolas para surdos. No contexto brasileiro, a história da educação de surdos teve início por volta de 1857, durante o período imperial, e se estende até os dias atuais, marcada por desafios e superações. Antigamente, os surdos eram tratados como cidadãos de segunda classe, sofrendo discriminação e segregação, porém, conseguiram preservar sua língua, cultura e identidade, demonstrando sua competência para decidir qual tipo de educação desejavam receber. Um ponto de destaque é a contribuição de Dom Pedro II para a história da educação de surdos no Brasil. Vale ressaltar também a origem da língua de sinais brasileira, com influências linguísticas da França ao invés de Portugal, diferenciando-se assim da língua oral do país. Isso também se aplica à história da Língua de Sinais Americana, que se diferencia por ter sido introduzida nos Estados Unidos por um outro professor surdo (Quadros, 1997). O nosso texto destaca dois momentos históricos importantes sobre o assunto. O ano de 1857 é crucial no estudo, pois representa o ponto de encontro entre passado e presente. No passado, abordava-se a educação de surdos na Europa e nos Estados Unidos, até chegar ao início dessa prática no Brasil. Já no presente, desde aquele ano até os dias atuais, a história revela eventos significativos e dolorosos, cujas repercussões na educação ainda são sentidas atualmente.

No contexto da educação de surdos anterior a 1857, é possível encontrar relatos de crueldades sofridas por pessoas nascidas com deficiências na literatura em geral, principalmente durante a antiguidade.

Na época do apogeu grego e romano, o preconceito, discriminação e desprezo por parte da sociedade "normal" eram comuns em relação às pessoas com deficiência. Enquanto os gregos valorizavam a inteligência de seus líderes e mestres, os romanos idolatravam corpos musculosos e robustos. Os indivíduos dessas civilizações não davam importância às pessoas que não possuíam qualidades intelectuais ou físicas exemplares. As imperfeições eram vistas como anormalidades ou punições divinas. De acordo com Garbe (2012), no passado, a deficiência física era tida como algo demoníaco, interpretada como uma forma de castigo, resultado de culpa. A deformidade ou ausência levava à exclusão, marginalização e discriminação dos afetados. Ferreira (2004) discute sobre a atuação da Inquisição Portuguesa, desconfianças mútuas, incertezas, crises políticas, mudanças dinásticas, guerras e flutuações econômicas, além das diversas correntes culturais da época. É inegável que os deficientes naquela época enfrentavam graves riscos de sobrevivência, inclusive a possibilidade de morrer, uma vez que eram excluídos e considerados inadequados.

A partir da Idade Média, a educação europeia exerceu uma influência direta e marcante sobre o restante do mundo, com suas ideias e métodos educacionais. Esses aspectos históricos serão abordados a seguir. É interessante analisar a história em diferentes locais, durante o mesmo período. Enquanto no Brasil, a partir de 1500, os portugueses começaram a explorar e colonizar, na Europa a educação de surdos estava dando os primeiros passos, os quais influenciaram futuramente outros países em suas práticas educativas. De acordo com Goldfeld (1997,p.25) "[...] o monge beneditino espanhol, Pedro Ponce de Leon (1520 - 1584), ensinou quatro surdos, filhos de nobres, a falar grego, latim e italiano, além de instruí-los em conceitos de física e astronomia". O mestre De Leon criou um método inovador para educar surdos, que combinava o uso do alfabeto manual com a escrita e a fala, e estabeleceu uma escola para formar professores especializados nesse público.

De acordo com Goldfeld (1997), em 1620, na Espanha, Juan Martin Pablo Bonet lançou o livro *Reducción de las letras y artes para enseñar a hablar a los mudos*, discutindo sobre o alfabeto manual desenvolvido por Pedro Ponce de Leon. Esse alfabeto manual serviu de base para a criação de outros alfabetos manuais ao redor do mundo. Cada país possui seu próprio alfabeto manual,

assim como suas próprias línguas de sinais. Por exemplo, em Portugal, o alfabeto manual e a Língua Gestual Portuguesa - LGP, são muito diferentes da Libras, a língua brasileira de sinais. Segundo informações da Associação Portuguesa de Surdos, a LGP tem suas raízes na Língua de Sinais Sueca, enquanto a Libras tem origem na Língua de Sinais Francesa - LSF, que foi introduzida no Brasil pelo professor surdo Ernest Huet, em 1857.

Na história da educação dos surdos, Dom Pedro II se destaca. De acordo com Strobel (2008), acredita-se que o imperador D. Pedro II tenha demonstrado interesse na educação dos surdos por conta do seu genro, o Príncipe Luís Gastão de Orléans (Conde d'Eu), esposo da princesa Isabel, que era parcialmente surdo. Não há confirmação oficial desse fato. A convite de Dom Pedro II, o professor surdo francês Ernest Huet e sua esposa desembarcaram no Brasil em 1855 com o propósito de estabelecer uma escola para surdos. Em 26 de setembro de 1857, foi inaugurado o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), como é conhecido atualmente, na cidade do Rio de Janeiro. Além de funcionar como asilo exclusivo para meninos surdos de todo o país, de acordo com Strobel (2008). Sobre a legislação de fundação do INES, Dória (1958) fornece detalhes. Segundo Strobel (2008), o professor surdo Ernest Huet enfrentou grandes dificuldades ao ensinar no INES, pois as famílias brasileiras não o consideravam um cidadão e desconfiavam de sua competência pedagógica. Ele tinha poucos alunos, o oposto do professor surdo Laurent Clerc, que foi para os Estados Unidos e também lecionava em uma escola para surdos, assim como Huet. Ambos eram franceses.

Mazzotta (2001) descreve Ernest Huet como alguém que, começando com apenas dois alunos no Colégio Vassimon, conseguiu ampliar suas atividades e fundou o Imperial Instituto dos Surdos Mudos em outubro de 1856. De acordo com Strobel (2008), por razões pessoais, Ernest Huet, pioneiro na educação de surdos no Brasil, deixou a direção do Instituto após cinco anos e partiu para o México em 1861, permitindo que diretores e ouvintes assumissem o cargo. O INÊS era o ponto de encontro e referência para os professores e surdos da época, que utilizavam a língua de sinais francesa introduzida por Huet, mesclando-a com a língua local. Essa combinação deu origem à Língua Brasileira de Sinais - Libras, que é utilizada atualmente.

Assim como as línguas faladas, as línguas de sinais se desenvolvem a partir de outras preexistentes. Na década de 1980 até 1990, houve um ressurgimento no Brasil do uso de sinais, especificamente relacionado à abordagem educacional conhecida como Comunicação Total, de acordo com Ciccone (1996). Essa abordagem teve origem nos Estados Unidos com o intuito de aprimorar a educação de pessoas surdas. A Comunicação Total engloba todas as formas possíveis de comunicação, incluindo fala, sinais, teatro, dança, mímica, entre outras. As escolas especializadas começaram a adotar gradualmente o uso de sinais, visto que estavam fortemente ligadas ao oralismo. Os surdos passaram a ter voz e os professores ouvintes aprenderam os sinais com seus próprios alunos. Na área da educação especial, surgiu um apelo por novas abordagens mais democráticas e naturais por meio do uso de sinais. Naquela época, a língua de sinais no Brasil não era oficial nem reconhecida como uma língua. Paralelamente aos acontecimentos relacionados aos surdos, ocorreu também o Manifesto dos Educadores Democratas em Defesa do Ensino Público em 1959.

No ano em questão, os educadores mais destacados do Brasil se reuniram para fazer um manifesto direcionado à população e ao governo da época, reafirmando o primeiro manifesto de 1932 com transparência e democracia. O principal objetivo desse movimento era pleitear maior atenção para a educação no país, buscando iluminar a obscura ignorância presente na sociedade e na política, além de buscar uma formação mais ampla e eficiente para os professores, entre outras demandas. O manifesto defendia uma visão democrática e cidadã, baseada em valores perenes como a honestidade, a verdade, o respeito e a responsabilidade.

O bilíngue-bicultural é voltado para o ensino de pessoas surdas. Nisso abordaremos outros aspectos que contam as experiências de alguns países que falam sobre a proposta da educação de surdos. Segundo o autor Couto (1988), relata que existe pessoa surda que oraliza ao qual é deficiente auditivo. A língua de sinais era proibida - em sala de aula, também em família, os surdos teriam que oralizar. O oralismo sempre foi em primeiro lugar para comunidade da linguagem e da comunidade surda. O outro autor Duffy (1987) relata sobre a aquisição oral, que a criança surda oralizada, faz a leitura labial, sabe 20% da

mensagem, quando se trata de convivência com as pessoas, não entende o que a criança está realizando, e tem dificuldade de escutar, faz treinamento na escola para falar, porém, percebeu que nada melhorou na fala, naquele momento parou de usar a voz. Logo, deixou de usar o oralismo exclusivamente e passou a usar o bimodalismo. O bimodalismo é quando os surdos usam os sinais e a fala, simultaneamente.

A autora Ciccone (1990) informou que a filosofia da comunicação total apoia as diferenças da língua de sinais e português pois, são idiomas parecidos, retratam pontos de qualidades e importância. Esse assunto tem sido indiscutível para Ciccone, para fazer a proposta bilíngue com base na filosofia. O autor Duffy relata que está tirando a oportunidade de criar e experimentar a língua natural da criança surda, o desenvolvimento da sua capacidade natural para a linguagem, pois, está usando o sistema na língua oral e artificial não é apropriado para criança surda.

O bilinguismo é uma proposta de ensino usada por escolas voltadas para crianças surdas de duas línguas no contexto escolar. O ensino para crianças surdas é feito de língua de sinais natural e língua escrita. Segundo o autor Skutnabb-Kangas (1994), até mesmo para os surdos que são filhos de pais ouvintes, mesmo que a língua de sinais não seja a sua língua materna, costuma ser a língua com a qual eles se identificam. É a língua em que possuem maior habilidade e é também a língua que mais utilizam.

O autor Góes (1996) relata que os professores, gestores, servidores, precisam estar preparado para se adaptar com os alunos surdos, a língua de sinais, a língua natural deles, e com a família de pais surdos, também os profissionais que tem a profissão, a responsabilidade e sabe sobre a comunicação visual, a língua de sinais, devem passar informações para os pais ouvintes, que precisa saber a linguagem da criança, que a criança tem uma língua visual-espacial, que permite desenvolver, ter uma oportunidade de se comunicar com outras crianças surdas e adultos, de poder sentir, tocar, ouvem com sentimentos, emoções, mesmo que a família tenha dificuldades de se comunicar com os filhos surdos, mas, a família deve aprender sobre a comunidade surda e a língua de sinais.

Sobre a língua portuguesa, a proposta bilíngue para surdos elabora seu desenvolvimento apoiado para o ensino de segundas línguas. Faz a seguinte questão: como uma criança surda, que tem pais ouvintes que nunca ouviu falar a língua de sinais, não conhecem pessoas surdas e não sabe o que fazer para se comunicar com seu filho, vai conseguir sua primeira língua? Isso dificulta o processo psicossocial da criança surda para o ensino da língua portuguesa, pois, a criança nem ao menos nasce em um espaço que aperfeiçoe sua primeira língua, que acontece no Brasil, a Libras. A proposta bilíngue deve refletir essa situação, pois a maioria das crianças surdas que chegam nas escolas é filha de pais ouvintes. A criança precisa ter contato com adultos surdos, pois o comparecimento dos surdos adultos traz benefícios dentro de uma proposta bilíngue.

Skutnabb-Kangas (1994) afirma que a aquisição de duas línguas depende do sentido do bilinguismo, o autor cita vários conceitos de acordo com o destaque de cada processo que determina o “bilinguismo”. Aqui estão os critérios: a) origem: a família que tem duas línguas nativas ou aprendizagens de duas línguas que tem a simultaneamente como necessidade de comunicação. b) identificação: a pessoa interna que distingue como falante bilíngue tem duas línguas e duas culturas, e externa a pessoa é caracterizada pelos outros, falante bilíngue, falantes, nativos de duas línguas. c) competência: a pessoa que tem o domínio, que controla suas línguas nativas e a estrutura gramatical. d) função: a pessoa usa ou pode usar duas línguas variadas situações que acontece com a comunidade, na seção da fundamentação teórica tratarei com mais detalhes sobre as diferentes abordagens de ensino empregadas na educação de surdos.

1.2 Métodos Ensino Surdos

1.2.1 Oralismo

À medida que o número de escolas destinadas a surdos que adotavam a língua de sinais como meio de instrução aumentava, um movimento liderado por defensores do oralismo surgia, argumentando que os surdos deveriam receber instrução exclusivamente por meio do oralismo. Esse movimento ganhou força em diversas regiões do mundo e foi oficializado globalmente durante o

Congresso Internacional de Educadores em Milão, no ano de 1880. Nesse evento, professores e diretores surdos foram proibidos de votar e expulsos do local de deliberação, sendo a votação fortemente influenciada por Graham Bell. A partir desse momento, os profissionais surdos ficaram desempregados e foram substituídos por ouvintes, resultando em uma acentuada queda na qualidade da educação para surdos, Strobel, (2008). Strobel (2009) caracteriza esse período como um "isolamento cultural" destacando o início de uma difícil jornada para as comunidades surdas, que passaram a se unir mais fortemente por meio das associações, visando evitar a extinção de sua cultura e línguas. Nas instituições destinadas aos surdos, os sinais eram proibidos e mesmo sob ameaça de punições, os surdos conseguiam se comunicar através deles quando estavam longe dos olhos e ouvidos dos que podiam ouvir, seja de forma escondida nos banheiros, às escondidas dos professores, nos dormitórios, ou debaixo das carteiras.

Os estudiosos afirmam que o oralismo é visto como uma imposição social, na qual a maioria linguística, composta pelos falantes de línguas orais, exerce influência sobre a minoria linguística, que carece de expressão perante a comunidade ouvinte, composta pelos surdos (Sánchez, 1992; Ferreira Brito, 1990; Skliar et al., 1995). O Mecanismo Oralista se tornou predominante, levando a Educação Oral a se estabelecer como a principal forma de ensino, excluindo os professores surdos do cenário educacional e reprimindo o uso da Língua de Sinais, vista como uma ameaça à oralização.

De acordo com o estudo de Sales et al., (2004), essa abordagem é baseada no ensino de palavras, justificando-se na crença de que os surdos têm dificuldade de compreender conceitos abstratos. A ênfase no aprendizado da fala era maior do que na aprendizagem da leitura e da escrita, tratando o surdo como alguém com deficiência auditiva a ser corrigida. A desvalorização das línguas de sinais como método tradicional levou os surdos a se sentirem desestimulados a falar, relegando-os a uma subcultura.

Segundo Capovilla (2001), os surdos passaram a ser vistos apenas como deficientes, perdendo sua identidade cultural própria. Rotulados como "Surdez" dentro dessa filosofia, baseada no método Oral não apresentou resultados satisfatórios. Portanto, o conceito conhecido como filosofia oralista, também chamado de oralismo, consiste em uma abordagem metodológica que enfatiza a inclusão dos surdos na sociedade através de um intenso treinamento em fala, leitura labial (oralização) e audição. Defende a ideia de que o desenvolvimento intelectual e linguístico dos surdos só pode ocorrer por meio do uso da língua

oral. O objetivo do oralismo é capacitar indivíduos surdos a utilizar a língua falada pela comunidade ouvinte de forma exclusiva, possibilitando o uso da voz e da leitura labial tanto em contextos sociais quanto educacionais. Esta abordagem não reconhece a língua de sinais e direciona os processos educativos para a reabilitação e a naturalização biológica.

1.2.2 Comunicação Total

A comunicação total surgiu nos Estados Unidos na década de 1960 e foi introduzida no Brasil nos anos 1980. Essa abordagem propõe a utilização simultânea de múltiplos recursos para a comunicação com pessoas surdas, envolvendo tanto a oralização quanto a linguagem de sinais, visando estabelecer uma conexão com a língua oral. Segundo (Lacerda, 1998; Vieira e Molina, 2018), a estratégia educacional que ganhou destaque nos anos 1970 foi chamada de Comunicação Total e preconizava um método de ensino que combinava o uso de sinais, leitura labial, amplificação sonora e alfabeto manual, buscando oferecer insumos linguísticos aos estudantes surdos. Nessa nova perspectiva educacional, os alunos têm liberdade para se expressar da maneira que preferirem, seja por meio da língua oral, da linguagem natural dos sinais, ou de ambas simultaneamente.

Ao contrário do Oralismo, a filosofia educacional desse método tem como principal preocupação a promoção de processos comunicativos entre surdos, assim como entre surdos e ouvintes. Acredita-se que a aquisição da língua portuguesa por pessoas surdas é importante, porém não se pode ignorar a necessidade do desenvolvimento dos aspectos emocionais e cognitivos desses indivíduos. Esses aspectos não devem ser negligenciados em favor do aprendizado da oralidade. Portanto, a defesa do uso visuais e manuais para a comunicação é essencial (Goldfeld, 1997). Na prática, a abordagem pelo método da comunicação total envolvia a base dos sinais no vocabulário da língua de sinais, da língua falada ou até mesmo em um vocabulário artificial (alfabeto manual).

Para reforçar esta informação, as autoras Vieira e Molina (2018), afirmam que o ponto focal dessa abordagem é possibilitar o uso de gestos, ainda que não configurando uma língua, e de qualquer recurso que facilite a comunicação com os alunos. Estes elementos contribuem para a ideia de que os gestos são aceitáveis para a comunicação, sendo vistos como complementos à aprendizagem e ferramentas de ensino para o desenvolvimento da oralização dos alunos surdos. Assim, a abordagem educacional através do método de Comunicação Total assemelha-se ao Oralismo, incluindo gestos ou sinais, mas sem a mesma relevância ou peso de uma língua. Mesmo havendo críticas em relação ao método, Capovilla (2000) destaca os aspectos positivos da sua utilização no ensino de crianças surdas, possibilitando que elas se comuniquem entre si, com professores e familiares. Tal fenômeno não era observado desde a implementação do oralismo. No entanto, o autor reconheceu que os progressos alcançados não foram suficientes para melhorar os resultados acadêmicos negativos dos surdos. Com o tempo, perceberam que o uso simultâneo da língua de sinais e sistemas de sinais não facilitava a compreensão da informação pelos surdos. Assim, ao empregar ambas as modalidades ao mesmo tempo, os educadores deixavam os alunos sem referências para compreender a mensagem, resultando em uma barreira para o desenvolvimento da leitura e escrita. O objetivo na comunicação total visava viabilizar a comunicação apenas.

Segundo Lacerda (1998), em paralelo ao avanço das propostas de Comunicação Total, também estavam sendo aprofundadas pesquisas sobre línguas de sinais, que gradualmente conquistaram o reconhecimento como uma língua, assim como as demais. Desse modo, esses estudos contribuem para o surgimento de alternativas educacionais voltadas para uma educação bilíngue.

1.2.3. Bilinguismo

A educação bilíngue, chamada de Bilinguismo, diferencia-se do oralismo ao valorizar o uso da língua viso-gestual como uma parte fundamental do desenvolvimento da linguagem de uma pessoa surda. Além disso, ela se opõe à Comunicação Total ao defender a inclusão efetiva da língua de sinais no

ambiente educacional, argumentando a importância de manter as características distintas de cada língua apresentada aos surdos sem misturá-las.

De acordo com a abordagem Bilíngue para a educação de surdos, é necessário que haja a aprendizagem da língua de sinais (L1) e da língua portuguesa (L2), mas não simultaneamente. Primeiramente, a criança surda deve adquirir a L1 para só então iniciar o processo de aprendizado da L2. No entanto, a L2 seria usada principalmente na forma escrita e, quando possível, na forma oral. Dentro desse enfoque educacional, acredita-se que a aquisição da L1 pelo indivíduo surdo possibilita o desenvolvimento em todos os aspectos do conhecimento, contribuindo não apenas para a comunicação entre surdos, mas também desempenhando um papel importante de apoio ao pensamento e estimulando o desenvolvimento cognitivo e social (Goldfeld, 1997).

Para Quadros (1997), na implementação da educação Bilíngue é fundamental que as escolas realizem mudanças em diversas dimensões, incluindo a adoção do Bilinguismo como base de ensino para surdos por meio da Educação bilíngue que engloba, pelo menos, duas línguas no ambiente educacional. A forma como se pode oferecer uma educação bilíngue a uma criança em uma escola varia de acordo com decisões político-pedagógicas. Quando uma escola decide adotar a educação bilíngue, está estabelecendo uma política linguística em que duas línguas serão integradas no contexto escolar. Além disso, será determinado qual será o idioma principal e qual será o secundário, assim como as funções que cada língua desempenha na vida escolar.

Do ponto de vista pedagógico, a escola terá que considerar como essas línguas serão acessíveis às crianças, além de planejar o desenvolvimento das demais atividades escolares. As diversas línguas podem fazer parte das atividades escolares ou serem foco de estudo em determinados momentos conforme o projeto pedagógico da instituição. Isso varia de acordo com a maneira, local, momento e contexto em que as crianças empregam as línguas.

Conforme a autora Molina e Vieira (2018) mencionada no âmbito nacional, não é suficiente apenas decidir se uma determinada língua fará parte ou não do currículo escolar, mas sim possibilitar a convivência dessas “línguas”, reconhecendo-as verdadeiramente e considerando as diferentes funções que desempenham no cotidiano do surdo em processo de formação. Além disso, o

decreto número 5.626 de 2005 estabelece que a educação de “surdos”, no Brasil, deve ser bilíngue, garantindo o acesso à educação por meio da língua de sinais e o ensino da língua portuguesa escrita como segunda língua. Também, a lei número 10.436 de 2002 reconhece o status linguístico da língua de sinais e, ao mesmo tempo, destaca que ela não pode substituir o português.

Para Molina e Vieira (2018), mesmo em situações em que o bilinguismo é amparado pela legislação, as atividades existentes parecem mais próximas dos métodos de comunicação oral. A fluência na língua materna é essencial para o ensino de uma segunda língua, mas não é necessariamente o único fator que garante o sucesso no aprendizado da L2. De acordo com as autoras Molina e Vieira, a dificuldade de introdução do bilinguismo é que a maioria dos surdos não têm acesso à Libras desde a infância. A maioria das pessoas surdas é apresentada à linguagem de sinais apenas quando começa a escola. Apesar de ser central nesta perspectiva educativa, o português, enquanto língua majoritária, ainda é algo sobrevalorizado em comparação com as línguas de sinais. Quando ouvimos falar em educação bilíngue para surdos, imediatamente pensamos na difícil tarefa de ensinar e treinar o português como segunda língua. A língua gestual parece ser secundária e todas as energias acadêmicas, curriculares e institucionais são mobilizadas para ensinar a língua portuguesa (Nascimento, 2014).

Para a criança surda, aprender a língua oral é uma tarefa muito desafiadora devido às limitações físicas que enfrenta. (Goldfeld, 1997).

Sobre os professores designados para atender às escolas que implementaram o método bilíngue, Quadros (2006) declara que geralmente não são surdos, tampouco são falantes nativos de Língua Brasileira de Sinais. No entanto, a língua de sinais é uma segunda língua para os professores e, portanto, requer anos de estudo e prática para ser bem compreendida e desenvolvida. Ou seja, não basta ter um vocabulário grande para um idioma. Os professores devem ser fluentes na língua para ensinar através da língua. As escolas devem encontrar alternativas para garantir que as crianças tenham acesso ao conhecimento da língua gestual no “próprio ambiente” escolar e que o português seja ensinado como segunda língua.

Portanto, independentemente das circunstâncias de cada país, o sucesso da educação bilíngue depende da presença de professores bilíngues. Pois,

ensinar uma segunda língua pressupõe a existência de uma primeira língua. Os professores que realizam esta tarefa devem aprender e compreender a Língua Brasileira de Sinais. (Quadros, 2006) A linguagem oral, a comunicação plena e o bilinguismo são, sem dúvida, as principais abordagens de ensino na educação de surdos utilizadas na maior parte do mundo. Fornece recursos relacionados à conscientização sobre surdez, deficiência auditiva, linguagem de sinais, cultura e muito mais.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

Ao concentrarmos nossa atenção nos fundamentos que guiaram a educação de surdos, encontramos uma série de confrontos relacionados à reabilitação e, em seguida, à educação com o objetivo de normalização.

A trajetória da educação dos surdos é caracterizada por uma variedade de abordagens que refletem as transformações sociais, culturais e científicas ao longo do tempo. Distinções entre os Modelos:

- **Oralismo:** enfatiza a fala, relegando a Língua de Sinais a um papel secundário, o que pode restringir o acesso cultural e social das comunidades surdas.
- **Bilinguismo:** busca um equilíbrio entre as duas línguas, valorizando a identidade surda e assegurando fluência em ambas, o que resulta em um desenvolvimento mais abrangente.
- **Comunicação Total:** adota uma abordagem híbrida que não se restringe a uma única modalidade de comunicação, possibilitando a personalização conforme as necessidades específicas de cada aluno.

Esses modelos representam diferentes correntes educacionais e influenciam de maneiras diversas o desenvolvimento social e linguístico das crianças surdas. Uma análise teórica dessas metodologias mostra que, em seus primórdios, o foco da educação dos surdos estava no oralismo, que priorizava o desenvolvimento da fala e da leitura labial, frequentemente em detrimento da Língua de Sinais.

Com o passar dos anos, essa perspectiva começou a ser contestada, abrindo espaço para abordagens mais inclusivas que reconhecem a Língua de Sinais como uma língua válida e fundamental para a construção da identidade surda. Diversas metodologias, como o bilinguismo, que incentiva o uso combinado da Língua de Sinais e da língua escrita, demonstram a necessidade de um ensino que respeite e valorize a cultura surda.

Adicionalmente, a inclusão social e a acessibilidade se tornaram temas fundamentais na discussão sobre a educação dos surdos, visando a criação de ambientes de aprendizado realmente inclusivos. Para concluir, a formação dos surdos passou de métodos restritivos para abordagens que reconhecem e apreciam a diversidade linguística e cultural.

Essa transformação enfatiza a relevância de uma educação que vai além do simples ensino de conteúdos acadêmicos, promovendo também o desenvolvimento integral do surdo, em respeito à sua identidade e cultura, e ajudando a construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos que as modalidades de atendimento educacional destinadas a alunos com surdez, que remontam ao século XVI, refletem as tendências globais que ocorreram, especialmente na Europa. Além disso, o conflito entre o método que prioriza a comunicação verbal e aquele que utiliza a língua de sinais é um fenômeno histórico que persiste até os dias atuais.

Entretanto, atualmente há evidências robustas que demonstram a relevância da língua de sinais no processo de aprendizagem de estudantes surdos. Assim, a grande parte dos surdos que passaram pelo processo de oralização não conseguem falar ou realizar uma leitura labial de forma satisfatória. Isso ocorre porque apenas um pequeno número apresenta habilidades de expressão e compreensão verbal que sejam adequadas, resultando muitas vezes em sua permanência na mesma série do Ensino Regular por vários anos. Apesar de contarmos com a adesão de diversos pesquisadores da área da surdez ao bilinguismo como uma abordagem

educacional apropriada para a população surda, e a própria comunidade surda se identificar e defender essa perspectiva como alinhada às suas características, a educação bilíngue enfrenta um momento de transição. Os alunos surdos, neste contexto, navegam por caminhos escolares que muitas vezes são influenciados por paradigmas conflitantes, alternando entre serem vistos como "deficientes" e sendo reconhecidos como um grupo cultural (FERNANDES, 2008, p. 6).

Ao refletirmos sobre a trajetória histórica da educação para surdos, é evidente a importância de que os educadores que trabalham diretamente com esses alunos, assim como aqueles que ainda não tiveram tal experiência, conheçam essa história. Isso é crucial para que possam desenvolver práticas pedagógicas fundamentadas na reflexão. “Dentre essas iniciativas, existem os esforços, muitas vezes de maneira severa, para que os indivíduos surdos pudessem falar a todo custo, dominassem a leitura labial, se mantivessem isolados, evitando a interação com outros surdos que usam sinais” (SOUZA; SILVESTRE, 2007, p.33).

REFERÊNCIAS

QUADROS, R.M. **Educação de Surdos-** a aquisição da linguagem. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1997.

STROBEL, Karin. **História da Educação de Surdos.** Licenciatura em Letras-LIBRAS na modalidade à distância. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009. Disponível em: [História da educação de surdos - Karin Strobel - arquivo em pdf](#). Acesso em 29 set 2020.

CICCONI, M. M. C. **Comunicação Total:** introdução, Estratégias, a Pessoa Surda. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1990.

STROBEL, Karin L. **Surdos:** Vestígios Culturais não Registrados na História. 2008. 176 f. Tese. (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. UFSC, Florianópolis.

MAZZOTTA, Marcos J.S. **Educação Especial no Brasil:** História e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2001.

FERNANDES, S.. **Educação Bilíngüe para Surdos:** o contexto brasileiro. In: I Seminário sobre Inclusão no Ensino Superior: trajetória do estudante surdo, UEL, 2008.

SOUZA, R. M. ; SILVESTRE, N.. **Educação de Surdos.** Summus Editorial, 2007. p. 207.

¹Trabalho de conclusão do curso de Licenciatura em Letras-Libras apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Letras. Tendo sido orientador o(a) Prof.(a): _Dra. Tayana Dias de Menezes____